



Grupo Educação, Ética e Cidadania - GEEC

Agência de Desenvolvimento Sustentável

Av. Vinte de Um de Abril 1590 – Cep 35.500-070 – Divinópolis – MG Tel.(37)3222-7644

email: geec@geec.org.br site: www.geec.org.br

Contribuições para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico de Divinópolis¹

GEEC - Grupo Educação, Ética e Cidadania

Conselho Diretor: Presidente: Jomar Teodoro Gontijo

1ª. Vice Presidente: Maria José Gontijo

2º. Vice Presidente: Junio Alves Barbosa

*Conselho Fiscal: Gilmar Alves Barbosa
José Ananias Silva
Marlúcia Márcia Braga Barbosa*

Agência – Agenda de Desenvolvimento Sustentável

Diretor Executivo: José Elísio Batista

Conselheiros:

Antônio Maria Claret Ribeiro, Cleber Adriano de Carvalho, Hilton Lopes Ferreira, Inês Ribeiro Leão, Lilian Notini de Almeida, Maria Aparecida Malta, Wander Luiz Pio de Sena

Patronos:

Antônio Carlos Pereira de Oliveira, Elson Penha Silva, Milton Pena, Nelson de Andrade Horta, Carlos José de Melo.

Patronos *in memoriam*:

Antônio Correa Primeiro, Antônio Martins Guimarães, Carlos Altivo, Danilo Passos Coelho, Geraldo Correia, Halim Souki, João Epifânio, José Carlos Pereira, Jovelino Rabelo, Licínio Notini, Luiz Alberto Morssoleto, Rafael Assumpção Vaz, Renato Santiago Gontijo, Rosenwald Hudson de Oliveira e Walchir Jesus de Resende Costa.

¹ Versão 1.2 – Abril de 2017



Sumário

1. Introdução.....	3
2. Objetivos e Metas a Serem Alcançadas	3
3. Justificativa	3
4. Estratégia	4
5. Obstáculos.....	5
6. Propostas	8
6.1) Reorganização Institucional	8
6.2) Marcos Regulatórios	8
6.3) Análise e Acompanhamento de Conjuntura.....	11
6.4) Receitas e Finanças municipais	12
6.5) Projetos/Obras Estruturantes.....	13
6.6) Logística de Transportes	13
6.7) Aeroporto	14
6.8) Ciências da Vida – A saúde como geradora de emprego e renda.....	15
6.9) Inovação Tecnológica – a Educação como geradora de emprego e renda	16
6.10) Esporte, Lazer e Cultura	17
6.11) Indústria do Vestuário	17
6.12) Agronegócios.....	18



1. Introdução

A Agência de Desenvolvimento Sustentável, antiga Agência de Desenvolvimento de Divinópolis, é um segmento do Grupo de Educação, Ética e Cidadania – GEEC – instituição privada, sem fins lucrativos. Ela reúne um corpo técnico de voluntários, constituído por profissionais liberais, sindicalistas e empresários, neste momento, dedicados à construção de uma Agenda, visando propor e coordenar esforços, para a geração de emprego e renda no âmbito do Município e de seu entorno. A Agência apoia e participa da iniciativa das demais entidades que propõem execução de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico para Divinópolis.

A Agência de Desenvolvimento Sustentável de Divinópolis – ADS – propõe a discussão e a construção de uma nova agenda econômica para o Município, envolvendo seus agentes públicos, empresários, e trabalhadores contendo propostas, ações e intervenções de curto prazo – quatro anos – e de médio prazo – 20 anos.

2. Objetivos e Metas a Serem Alcançadas

- Manter, aperfeiçoar e ampliar a estrutura econômica conquistada.
- Definir e criar novo DNA para a nossa economia.
- Tornar Divinópolis mais receptiva, mais agressiva e principalmente mais preparada para atrair novos negócios, investimentos e tecnologias.
- Oferecer aos agentes econômicos e políticos este roteiro de providências e iniciativas no curto prazo que seja capaz de fundamentar um planejamento estratégico consistente.
- Discutir, definir e aprovar marcos regulatórios para políticas de estímulo e de incremento às atividades econômicas.
- Inserir as nossas universidades neste planejamento e na sua execução.
- Identificar e atuar pela eliminação dos principais gargalos e carências que tem dificultado a decolagem econômica, efetivando bases para um novo ciclo virtuoso.
- Integrar a este processo os municípios vizinhos, com os quais Divinópolis mantém relações e interdependência econômica direta e intensiva – Carmo do Cajuru, e São José dos Salgados, Igaratinga, Itapecerica e Marilândia, São Gonçalo do Pará e São Sebastião do Oeste, tendo como fatores de integração a Rodovia MG-050, a Rodovia BR – 494 e os rios Boa Vista, Itapecerica, Lambari e São João, integrantes da Bacia do Rio Pará.

3. Justificativa

Neste momento, o Brasil e, obviamente Divinópolis e região Centro-Oeste de Minas Gerais vivem uma fase aguda da crise econômica – desde 2009 – que, certamente será superada nos próximos anos. É uma crise profunda e geral, mas existem algumas particularidades que são típicas de Divinópolis e cabe a nós entendê-las e superá-las.



Conquistamos uma grande cidade – 1912 a 2012 – a partir da instalação da sede de uma grande ferrovia e forjamos uma cultura empreendedora no plano econômico, capaz de gerar ciclos virtuosos de crescimento cujas principais características foram:

- respostas positivas e adaptação rápida à evolução econômica do Brasil, o que configurou um quadro cujos fatores determinantes foram exógenos;
- à esta capacidade de responder aos estímulos externos, associou-se uma cultura empreendedora e receptiva por parte de seus agentes econômicos e trabalhadores;
- tais facilidades influenciaram um comportamento econômico predominantemente reativo e insuficientemente proativo, o que tem dificultado uma inserção mais eficiente no novo processo de crescimento econômico do País e do mundo, no século 21.

Temos, então, um município bem-sucedido economicamente, até então, mas, que se depara hoje com grandes desafios no sentido de manter e melhorar os níveis alcançados.

Neste sentido é possível considerar que o próprio sucesso do modelo de desenvolvimento anterior, construiu uma Cidade que, considerando a sua necessidade de manter o ritmo, a sua inclusão em um mundo econômico muito mais competitivo e as novas demandas geradas pela população, se tornou maior do que a sua economia, o que cria nos cidadãos o sentimento de crise, de perda e de retrocesso, o que somente se tornará uma verdade se nos acomodarmos agora.

Estamos, portanto, diante de uma nova realidade com grandes desafios, que somente serão superados através da criação, da apropriação, da absorção e do uso de novas metodologias, especialmente no plano gerencial e novas tecnologias no setor produtivo – comércio, indústria, agronegócio e serviços.

Ao mesmo tempo, nossos recursos para investimentos se tornaram insuficientes, o que nos leva, pela primeira vez, na história a ter que buscar poupanças, investimentos e investidores externos e novos negócios, aproveitando nossas vantagens competitivas e potencialidades, mas, atuando de forma diferente do que fizemos até agora.

4. Estratégia

Crescemos e desenvolvemos ancorados em uma equação cujos fatores determinantes foram: implantação da sede da Ferrovia (Corredor Centro Leste), em 1916, vinte anos após a chegada dos trilhos o que estimulou os segmentos do comércio e de serviços, catalisando um longo processo de urbanização e uma expressiva acumulação de capitais que, investidos por empreendedores locais, trouxeram a industrialização, que se tornou a atividade principal do município e impulsionou novamente os demais setores, formando ciclos virtuosos de crescimento econômico, até o final do século XX.

Em síntese, tivemos a equação ferrovia, industrialização, empreendedorismo fomentando o comércio, os serviços e a urbanização. Entretanto, esta equação perdeu eficácia com as grandes transformações do mundo, do Brasil e de Divinópolis, principalmente nas duas últimas décadas.



Para construirmos um novo ciclo virtuoso de crescimento e de desenvolvimento econômico teremos que formar uma nova equação, que será exatamente o inverso da anterior, que deu certo, mas foi superada: comércio, serviços – educação, saúde e logística de transportes – serão os novos fatores de sustentação, inclusive como estimuladores de um novo processo de industrialização que agora, virá como consequência.

Afinal, participaremos do Novo Mundo do Século Vinte e Um se definirmos um novo DNA para a economia do Município e de seu entorno, buscando aqui e fora, capitais, investidores, empreendedores, trabalhadores capacitados, profissionalizados e recapitados e tecnologias criadas, apropriadas e incorporadas ao nosso sistema econômico, em todos os seus níveis e instâncias.

Para tanto, o papel fundamental terá que ser cumprido pelo conjunto de cidade: super e infraestrutura urbanas, qualidade de vida, mobilidade urbana e social, normas claras e exequíveis e universalizadas para regular o funcionamento do Município (segurança jurídica) e segurança pública, aumento e melhoria da distribuição da renda. Se desejarmos e precisarmos atrair investimentos e investidores de fora, temos antes de tudo, que dar demonstrações claras de que tratamos bem os agentes econômicos que aqui já atuam, investem e produzem riquezas.

Definitivamente, não serão a Prefeitura Municipal e os governos Estadual e Federal, que cumprirão o papel de atrair indústrias, como solução para o nosso crescimento econômico. Governos não produzem e não geram riquezas, mas cabe a eles facilitar, fomentar, normatizar e incentivar o crescimento econômico, promover a Justiça tributária e oferecer serviços públicos de qualidade.

5. Obstáculos

A nova decolagem econômica de Divinópolis somente será facilitada se forem removidos obstáculos e/ou gargalos pendentes há alguns anos. Neste sentido, vamos depender de ações efetivas e agressivas de nossas lideranças políticas, especialmente dos nossos deputados, pois o equacionamento dessas condicionantes envolve as esferas estadual e federal.

Tornou-se recorrente em nossa comunidade uma visão equivocada ao se considerar que Divinópolis não tem força política e que nossos deputados não são atuantes, em se tratando do desenvolvimento econômico e social do Município. Não é verdade. Temos grande força política e políticos competentes, o que não temos é um projeto de cidade que eles possam patrocinar e defender junto aos governos e aos mercados. Nós os demandamos para ações pontuais e varejistas desde o governo Antônio Martins, Divinópolis não concebe uma proposta ampla e consistente capaz de sensibilizar e mobilizar os políticos para uma atuação no atacado.

Walchir começou a planejar a cidade. Antônio Martins transformou este planejamento em programas, projetos e serviços, que executados com apoios dos governos estadual e federal proporcionaram o salto rumo ao século vinte e um.



Relacionamos, portanto, o que a Agência considera como obstáculos relevantes a serem superados.

Primeiro - Divinópolis através de sua sociedade e lideranças em geral, perde muito da sua legitimidade e sua autoridade moral para destacar a necessidade de geração de emprego e renda, quando permite que o Hospital São João de Deus se aproxime da falência e o Hospital Regional não seja concluído. Nosso setor econômico com maior dinamismo é o da Saúde. Todos os nossos hospitais, principalmente estes dois, estão ou estarão entre as nossas principais empresas, geradoras de emprego de qualidade e de efeitos positivos diretos e indiretos sobre a economia.

Difícilmente captaremos muitos empreendimentos capazes de gerar tantos empregos e renda.

Segundo - Concluir a duplicação da rodovia MG-050 é indispensável para a retomada do crescimento de Divinópolis. Nascemos e crescemos baseados nas vantagens competitivas proporcionadas pela excepcional localização e as facilidades para a logística de transportes. Reduzimos drasticamente estas vantagens, na medida em que nossas rodovias, indispensáveis para a integração dos modais ferroviário, aéreo, rodoviário e marítimo, se tornaram obsoletas e incapazes de dar vazão ao tráfego de veículos e mercadorias.

Perdemos todas as oportunidades oferecidas pelo programa de Mineirização de Fornecedores da Fiat (1994/2000) assim como, recentemente, perdemos a competição com Pouso Alegre para receber uma fábrica chinesa de veículos pesados e tratores, por limitações de acesso rodoviário. Desde o Plano Mineiro de Transportes – 1996/97 – Divinópolis, através do Terminal Intermodal da Ferradura, o maior em área física do Estado, inaugurado em 2003, é considerada como a principal opção logística para a região Metropolitana de Belo Horizonte, o que não se concretiza devido às dificuldades de acesso rodoviário.

Terceiro - Divinópolis proporcionará a seus habitantes padrões de vida adequados e condições para se produzir riquezas e serviços com qualidade, competitividade, compatíveis com exigências mundiais, se equacionar definitivamente suas demandas por saneamento básico:

- suprimento de água suficiente e constante, captação e tratamento de esgotos sanitários, processamento e destinação controlada do lixo e de todos os demais tipos de resíduos domésticos e industriais o que, possibilitará também a criação de novos empregos e renda. Esta é uma pré-condição demandada por empresas modernas para se instalar e/ou expandir nos municípios.

Quarto – A inserção do Terminal Intermunicipal da Ferradura, no sistema Nacional de Transportes e Logística é indispensável para o desenvolvimento de Divinópolis e da região Centro-Oeste de Minas e importante para a desconcentração da região Metropolitana de Belo Horizonte.

A Ferrovia - VLI/FCA é a maior empresa de Divinópolis e a que mais investiu nos últimos anos. Entretanto, suas atividades aqui se concentram nas oficinas e nas vias permanentes – manutenção, remanufatura de vagões e locomotivas, substituição de trilhos, etc.



Desde o início do processo de concessão não tem cumprido seu papel como modal de transportes regional, mesmo após a instalação do Terminal da Ferradura. Esta realidade começa a mudar a partir da entrada dos novos acionistas comprometidos com a abertura do transporte de cargas gerais.

A Agência propõe que Divinópolis promova um processo de reaproximação com a direção da Ferrovia, especialmente o setor comercial, como aconteceu em 2003 e 2004; da mesma forma, com as cidades mineiras que têm potencial de integração com o nosso Terminal: Araguari, Araxá, Curvelo, Lavras, Montes Claros, Três Corações, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

Quinto – A interação da ferrovia com a malha viária urbana e sua convivência com os moradores – barulho e impactos sobre o solo e edificações, por exemplo, é inadiável. O projeto da transposição dos trilhos – ferroanel – é uma solução definitiva, mas dificilmente acontecerá nos curto e médio prazos, por se tratar de obra de alto custo sobre a responsabilidade do Governo Federal, sem contar seus impactos ambientais sobre as regiões sudoeste, sul e sudeste do Município e, principalmente, o risco de que sejam inviabilizados o terminal intermodal da Ferradura e as oficinas da Ferrovia, no bairro Esplanada.

No curto prazo, a Agência sugere ações imediatas e mitigadoras, em conjunto pela prefeitura, VL! e DNIT, com investimentos significativamente menores. Foi elaborado um pre-projeto em 2004/2005 devidamente aprovado pelo então prefeito Galileu Machado, ratificado pelo seu sucessor, prefeito Demétrius Pereira que foi cadastrado no DNIT em maio de 2015. Previa o isolamento da malha ferroviária desde o bairro Planalto até o cruzamento com a Avenida Antônio Olímpio de Moraes, com a construção de viadutos, instalação de dispersores de sons e eliminação das passagens de níveis remanescentes.

A retomada deste estudo deverá ampliar o trajeto que passa a ter início no bairro São Roque, até a rua Formiga, no Porto Velho. É oportuno lembrar que neste período de doze anos, Maringá, Juiz de Fora, Governador Valadares e Belo Horizonte (Horto a Sabará) esta opção teve as obras já concluídas sem custos para o Governo e seus resultados positivos são indiscutíveis.

Sexto - Divinópolis e região precisam ampliar sua matriz energética, pois suas indústrias existentes e futuras são predominantemente eletro-intensivas, o que, hoje demanda a utilização de gás natural. Não podemos esperar o gasoduto que atenderá a planta industrial da Petrobrás em Uberaba que foi suspensa e se retomada, utilizará certamente o abastecimento através do interior de São Paulo.

Há décadas estudos do Governo do Estado mostra que Divinópolis é ideal para a implantação de um grande centro produtor de cerâmicas, louça branca e vidros, cujas matérias primas são disponíveis na região e seu transporte, por ser a granel, exige malha e terminais ferroviários. Entretanto a instalação destas indústrias somente será possível com a disponibilidade de gás natural. Com a privatização deste setor pela Petrobrás, o mesmo acontecerá com a GASMIG, levando os novos investidores a buscar o aumento do produto que no caso de Divinópolis está a uma distância de noventa e quatro quilômetros. A empresa



que assumiu as áreas de gás natural da Petrobrás – Brookfield – é a mesma que adquiriu parte do controle da VLI/FCA.

6. Propostas

6.1) Reorganização Institucional

A Agência propõe uma nova organização para a execução de planos, programas, projetos, serviços e atividades do setor público – Prefeitura Municipal – em parceria com os agentes econômicos – trabalhadores, empresários, investidores e instituições de ensino superior – através de suas entidades representativas e organizações não governamentais, visando o fomento econômico como catalisador do processo de desenvolvimento sustentável do Município. Basicamente, a intervenção deve se dar no âmbito da atual Secretaria de Desenvolvimento e do gabinete do prefeito:

- Recriação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico como órgão de “staf” da administração, presidido pelo próprio prefeito, como única instância decisória fiscalizadora e avaliadora do Município nesta área de atuação; o Conselho será permanente com reuniões ordinárias mensais, sendo constituído por oito membros e seus respectivos suplentes – três representantes dos empresários, três representantes do Sindicato dos Trabalhadores e demais entidades profissionais, um representante da área acadêmica e um representante das entidades ambientalistas;
- Reativação do Conselho Municipal do Trabalho Emprego e Renda, adotando a composição mínima prevista na legislação Federal, como forma de garantir a participação efetiva dos seus membros, garantindo o quórum mínimo em suas reuniões e atividades;
- Transformação da atual Secretaria de Desenvolvimento Econômico em órgão de suporte a estes conselhos que passarão a se posicionar como os reais gestores da economia do Município, cabendo ao seu titular a função de secretário executivo de ambos.

6.2) Marcos Regulatórios

Hoje, um fator fundamental para o estímulo às empresas e novos negócios e investimentos é a segurança jurídica que o Município proporciona aos agentes econômicos. Tal segurança se dá através de uma legislação clara, exequível e igual para todos, dispensando as negociações caso a caso. Os municípios do Sul do Brasil e do interior de São Paulo utilizam seu arcabouço legal como marketing junto a investidores.

Em primeiro lugar, precisamos definir o que são marcos regulatórios. Trata-se de um conjunto de normas, leis e diretrizes que regulam o funcionamento dos setores nos quais agentes privados prestam serviços de utilidade pública. Um exemplo clássico de setor que precisa de marco regulatório no Brasil é o de telefonia. Em 1998, empresas privadas passaram a atuar no ramo e foi necessário o estabelecimento de critérios rígidos para garantir a continuidade, a qualidade e a confiabilidade dos serviços prestados à população. O mesmo aconteceu com a área de energia elétrica e a de administração de rodovias. A regulação é sempre feita por um organismo independente com condições de defender os interesses dos cidadãos, do governo e das empresas concessionárias que obtiveram o



direito de explorar o setor. O marco regulatório é responsável pela criação de um ambiente que concilie a saúde econômico-financeira das empresas com as exigências e as expectativas do mercado consumidor

Além de estabelecer as regras para o funcionamento de um setor, o marco regulatório contempla a fiscalização do cumprimento das normas, com auditorias técnicas, e o estabelecimento de indicadores de qualidade. A criação de marcos regulatórios claros e bem concebidos é fundamental para estimular a confiança de investidores e consumidores e para a eficiência das atividades econômicas.

No caso das propostas sobre Economia e Marcos Regulatórios, o foco é na segurança jurídica que o Município deve proporcionar aos agentes econômicos. Assim, temos os seguintes temas pertinentes, que devem ser analisados e melhorados:

6.2.1) Elaboração de um novo Código Tributário do Município.

O Código Tributário do Município rege as relações tributárias cuja competência é estabelecida pela União. Portanto, hoje, são de competência do Município o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana) e o ISS (Imposto sobre Serviços).

Além de tais impostos, são ainda os municípios competentes para estabelecerem taxas e contribuições de melhoria.

Com referência ao ISS, para a Elaboração do novo Código, é mister que se pesquise, nas cidades próximas e naquelas que disputam com Divinópolis a atração de novos empreendimentos, quais os critérios de tributação usado, haja vista que há uma limitação por Lei Complementar Federal n. 116/2003 mas que permite uma 'guerra fiscal' entre estes municípios.

Ações:

- elencar os municípios 'concorrentes' com Divinópolis para embasar o Projeto do Novo Código Tributário Municipal
- verificar as condições de IPTU para novas empresas de Serviços;

Fazer gestões com o Governo Estadual e Federal, para que haja alguma benesse tributária, a exemplo do ICMS de 3% conseguido para a Indústria Calçadista de Nova Serrana.

6.2.2) Simplificação dos processos de licenciamento ambiental e aprovação de projetos;

Neste aspecto, é bom notar que parte dos processos de licenciamento ambiental são de competência do CODEMA, e parte da SUPLAN. Portanto, se se quer atrair empreendimentos de grande porte, cujo licenciamento seja de competência da SUPLAN, terá que haver gestão junto ao governo do Estado.

Ação: Criação de normas para agilização dos projetos de licenciamento ambiental e gestão junto ao Estado de Minas Gerais para agilização de projetos inerentes à SUPLAN;



6.2.3) Aumento do quadro de funcionários da Prefeitura nesta área e no setor fazendário

Deve-se atinar para a possibilidade de remanejamento de funcionários, assim como se dimensionar o número necessário;

6.2.4) Criação de legislação para os condomínios de negócios (Business Parks) com incentivos à atração de investidores; não se usa mais a implantação de distritos industriais pelas prefeituras

6.2.5) Revisão e consolidação da Lei de Uso e Ocupação do Solo, em concordância com o novo Plano Diretor;

- Elencar e prever, evitando a criação de novas leis a cada novo empreendimento de modalidade diferente das previstas nas leis em vigor;

- Adequar a lei atual para descentralizar a construção de edifícios maiores que quatro ou seis andares em áreas não centrais para promover o desenvolvimento da cidade como o todo (serviços e comércio de bairros) e evitar a concentração de pessoas, congestionamentos no trânsito, poluição, necessidade de ampliação da infraestrutura de atendimento de água, esgoto e energia;

- Garantir que os novos loteamentos e vias de ligação tenham avenidas largas e estruturantes de ligações entre bairros e áreas centrais e/ou rodovias;

- Definir quais os tipos de construção requerem em estudo de trânsito nas vizinhanças;

- Atualizar dados de parâmetros de vagas para as diversas construções;

- Prever espaços adequados para serviços de transporte público, nas vias e prever nova arquitetura com funcionalidade e conforto para o usuário (locais para explorar mídias, places solares que alimentam tomadas para carregar celular, ponto para deixar livros para leitura, enquanto se aguarda os ônibus);

- Propor ciclo-faixas nas áreas centrais e áreas denominadas corredores, com cercas de proteção como na cidade de Sorocaba, e instituir parcerias com bancos para manterem bicicletas para a população utilizar;

- Definir cotas de áreas verdes e espaços permeáveis em todos os portes de construção, ou seja, nenhuma casa ou prédio poderá ocupar 100% do terreno;

- Exigir que em frente a cada imóvel, construído, ou não, no passeio, seja plantado e mantido pelo proprietário do imóvel a área verde correspondente proporcional ao tamanho da calçada e área frontal de cada proprietário exigindo-se o plantio de canteiro e árvores;

- Simplificar o cálculo de potencial construtivo nas diversas zonas de ocupação;

- Definir parâmetros de ocupação e aproveitamento (índices);

- Exigir afastamentos frontais, laterais e de fundo das edificações para evitar a situação atual onde as edificações vizinhas não permitem a entrada da luz solar, devassam a privacidade dos moradores;



- Estudar melhores práticas de outras cidades em construções de maior porte para legislar sobre reaproveitamento da água, energia solar e/ou eólica complementar, instalações de tratamento de esgoto e resíduos, que possam ser interessantes a adotar na revisão das leis locais;

- Proibir, após atualizada e consolidada a Lei de Uso e Ocupação do Solo, os casos de mudanças pontuais de zoneamento, exceto em situações excepcionais de interesse da comunidade;

6.2.6) Redução de alíquotas e ampliação de base de arrecadação do Imposto sobre Serviços;

- Neste item, o artigo 8º da Lei Complementar n. 116/2003 aduz que a alíquota máxima é de 5%, não estabelecendo alíquota mínima. Portanto, há uma margem de manobra para se estabelecer as prioridades;

6.2.7) Formulação através de um colegiado de especialistas, de uma súmula referencial para qualificar e definir compensações para os atos de renúncia fiscal e demais incentivos, quando utilizada para atração de investimentos. Esta súmula deverá conter formas de cálculos para avaliar taxas de retorno e custos/benefícios;

6.2.8) Revisão e atualização da Agenda 21;

6.2.9) Aplicação da Lei nº 7242, de 2010, que dispões sobre as parcerias público-privadas porque elas serão necessárias para o desenvolvimento socioeconômico de Divinópolis;

6.2.10) Criação da Lei Municipal de Incentivo à Ciência à Tecnologia e Inovação.

6.2.11) Atualização da planta de valores imobiliários do Município.

6.2.12) Preparação da prefeitura para exercer a função de licenciamentos ambientais, classes 01 a 04 conforme Lei Complementar 140 e Resolução Normativa do COPAM.

6.3) Análise e Acompanhamento de Conjuntura

Quem conhece a economia de Divinópolis? Nem mesmo os divinopolitanos, sejam eles cidadãos comuns, líderes empresariais e laborais, governantes/políticos. Se não conhecemos com substância e profundidade nossa economia, como esperar que empresários e investidores, principalmente de fora, o façam?

É inadiável a criação de uma base de dados sobre a economia de Divinópolis que seja confiável, operando com dados secundários disponíveis e dados primários (pesquisas) quando necessários. Esta base de dados deve ser dinâmica, atualizada dia a dia e disponibilizada integralmente nos meios de comunicação, principalmente na internet. Esta Agenda propõe que esta iniciativa seja viabilizada através de parcerias especialmente envolvendo o NUPEC/FACED.



6.4) Receitas e Finanças municipais

Na medida em que a participação social cresce e seja incluída na formulação de projetos e decisões, pode ocorrer o atendimento de obras e serviços de baixo custo. Isto pode oferecer alternativa à pressão de empresas grandes e empreiteiras.

Essa colocação sugere a necessidade de recursos financeiros. Sobre cada real arrecadado em Divinópolis, não mais que 12% retornam em forma de FPM, ICMS e outras transferências. Uma conta que deve ser feita, é que não sai um produto sequer do Município, sem pagamento de impostos. É incalculável a grandeza de recursos transferidos de Divinópolis para Estado e União em 100 anos de trabalho e produção de aço, gusa, confecções e prestação de serviços. O caminho a seguir é planejamento. É a elaboração de propostas e projetos consistentes, sem a política de pires nas mãos, mas tecnicamente, preparados.

No entendimento da Agência, o problema das finanças municipais é resultado da dependência, a reforma tributária de 50 anos e ainda em vigor. É resultado da concentração tributária e até da desconfiança do Governo Central com relação a capacidade de gestão do Município. Reflete, ainda, a relação de poder da União. Se considerarmos que países como os Estados Unidos deixam perto de 50% com os Municípios, a conclusão é que o problema pode não estar no âmbito do próprio Município, mas fora dele.

Assim, quaisquer investimentos mais significativos estão concentrados nas mãos da União. Então a questão urgente é uma melhor distribuição entre as esferas de governo. As margens ou a capacidade de geração de recursos por meio dos impostos e taxas municipais são extremamente pequenas. O círculo é vicioso. A modernização da máquina fazendária oferece resultados jamais capazes de responder as dimensões alcançadas pela cidade. Existem dilemas extremos para o Município. A carga tributária do Brasil esgota a capacidade de arrecadação pública, pois já aproxima-se de 40% do produto. Se o Município for criativo, criar mecanismos de arrecadação do IPTU, do ISS, seria possível maximizar a receita, tomando medidas impopulares capazes de afastar a participação social e obter resultados dentro de sua área de competência. Tudo isso é constitucional e é obrigação do Município. Por outro lado, existe uma luta pela reforma tributária, que deve ser desenvolvida “em Brasília” e é tão importante quanto a ação local. Existem impostos que são tipicamente de interesse locais. Os governos das outras esferas podem oferecer incentivos a atividades econômicas sem consultar o Município, capazes, no entanto de causarem fortes impactos com a parcela de impostos municipais.

Nesse momento, o município de Divinópolis vive uma situação extremamente preocupante, pois a perspectiva mais otimista indica que, já em 2017/18 as receitas serão suficientes apenas para cobrir os custos fixos – e demais obrigações como convênios em vigor, encargos da dívida fundada e conclusão de obras iniciadas.

Sendo assim, enquanto não vem a definição de um novo pacto federativo para o Brasil, providências imediatas visando aumentar a nossa arrecadação, sem aumento de taxas e de impostos, são inadiáveis:

- Ampliação da base de contribuição do Imposto Sobre Serviços, até com possível redução de alíquotas;



- Cobrança do Imposto Sobre Serviços na Fonte, por parte dos compradores;
- Criação da Taxa de Iluminação Pública para Lotes Vagos;
- Implantação do novo Cadastro Técnico Municipal e do Sistema de Cartografia, com a respectiva elaboração de uma nova Planta de Valores Imobiliários;
- Introdução da contribuição de melhoria em áreas beneficiada por obras públicas, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Contenção de despesas com a redução de cargos comissionados da Prefeitura Municipal e, até mesmo, a extinção e/ou fusão de secretarias e diretorias.

6.5) Projetos/Obras Estruturantes

Estes são empreendimentos públicos chamados estruturantes porque sua efetivação impacta positivamente a cidade como um todo. Para o crescimento da economia nos principais próximos anos são essenciais as seguintes obras:

- Urbanização da Alameda Ubaldo Scarioli – Rodovia dos Batistas – que integrará o Anel Rodoviário ao bairro Liberdade e ao novo Fórum, atendendo a região de Divinópolis com maior potencial para a instalação de empresas e profissionais liberais do setor de serviços;
- Conclusão da Estrada da Ferradura até o aeroporto, alterando o seu trajeto inicial que hoje começa no final do Centro Industrial, onde verifica-se um gargalo que impede o trânsito de veículos pesados. Este trecho, Distrito Industrial /Bairro Savassi – deve ser substituído pelo trajeto que começa na antiga Siderúrgica Ferroeste até o bairro Savassi;
- Ligação da Estrada da Ferradura - via bairro São Simão – com o bairro Interlagos, margeando a ferrovia, no bairro Maria Helena, visando a retirada do trânsito para a Siderúrgica Gerdau, da área urbana – bairro Niterói;
- Ligação da região Sudeste – Aeroporto, Costa Azul, Buritis à rodovia BR-494, passando pelo Hospital Regional e pelo bairro Realengo.

6.6) Logística de Transportes

Divinópolis, nasceu, cresceu e desenvolveu em função de suas potencialidades, logísticas especialmente a rodoferroviária. Hoje, tem acesso aos principais modais de transporte; ferroviário, infoviário, marítimo, rodoviário e aéreo. Entretanto, estas potencialidades perderam substância em função da modernização verificada em áreas que atendem municípios concorrentes. A Agenda propõe como ações mediatas:

- Concluir a duplicação da MG-050, nossa segunda grande prioridade – a primeira é o saneamento básico.
- Mudar a gestão e ampliar as possibilidades de exploração do aeroporto Brigadeiro Cabral através da associação, sob a forma de EPE ou de EPC, de empresários locais com investidores externos, tornando-o capaz de operar com cargas aéreas fracionadas, mecânica e manutenção de aeronaves;



- Exigir que a ANTT e o CADE façam cumprir, por parte dos novos controladores, os compromissos de transporte de carga geral pela VLI/FCA. - Realizar as obras do Contorno Ferroviário, a médio prazo;
- Duplicar a BR-494, desde a Comunidade do Choro até a divisa com São Sebastião do Oeste;
- Implantar por parte do setor privado/usuários uma bateria de silos graneleiros no Terminal Intermodal da Ferradura, o que depende da disponibilidade de transporte por parte da VLI/FCA e da participação da AVIMIG.
- Atuar junto ao DNIT e à ANTT no sentido da concessionária da ferrovia (VL!) para incrementar o movimento de cargas no ramal ferroviário Divinópolis – Oliveira – Lavras – Três Corações – Varginha – Volta Redonda – Porto de Angra dos Reis, com alternativa para os portos de Itaguaí, mediante a implantação de 129km de terceiro trilho; caso a VL! não tenha interesse, existem operadores alternativos.
- Mobilizar os municípios de Araxá, Curvelo, Lavras, Montes Claros, Patrocínio, Sete Lagoas, Três Corações, Uberaba, Uberlândia e Varginha para a integração de terminais; o transporte ferroviário somente é viável a distâncias médias e grandes (mínimo de 300km) e volumes significativos (uma composição com 20 vagões, por exemplo, corresponde a 70 carretas); porém, se não existirem terminais entre as referidas cidades, com área de atuação ferroviária média de 150 km de raio, não é possível montar um sistema rodoferroviário para movimentação de cargas gerais e, neste sentido, o Terminal da Ferradura é apropriado segundo plano mineiro de transportes para atender a congestionada Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- Retomar as negociações iniciadas na gestão do prefeito Galilei Teixeira Machado, em 2004, com grandes operadores de carga de São Paulo, visando a implantação de um grande terminal receptor nas rodovias Fernão Dias e Presidente Dutra com uma ponta rodoviária até Três Corações e, de lá, pelo modal ferroviário até Divinópolis, que atenderia Belo Horizonte (área de até 150km).
- Definir com a VL! a implantação do projeto do Pátio Ferroviário “Hélio Torres”, anexo ao Terminal da Ferradura que é indispensável para a movimentação de cargas gerais e grãos, sendo também a melhor opção para a construção da nova oficina da ferrovia, uma vez que a atual se tornará inviável com a implantação do “Ferroanel” (transposição dos trilhos); este projeto foi elaborado em 2004, durante a gestão do prefeito Galileu Teixeira Machado.

6.7) Aeroporto

A Logística rodoviária é fundamental no mundo moderno, não apenas para fluxos de pessoas, mas, principalmente de cargas, facilitando a atração de empresas dos setores eletrônico e farmacêutico. No curto prazo, são necessárias medidas para melhorar a operação do Aeroporto e no médio prazo, precisa-se estudar a melhor maneira de explorá-lo, seja via licitação para gestão aeroportuária, PPP's, ou INFRAERO. É de fundamental importância que se busque as melhorias abaixo elencadas:



- Conceder ao setor privado com a indispensável participação de investidores e usuários locais;
- Implantar a EPTA (Estação de Proteção ao Voo e Tráfego Aéreo) com instrumentos de comunicação (estação de rádio) homologados pelo Dentel e estação meteorológica para confecção de boletins meteorológicos para aviação (METAR / TAF);
- Realizar elaboração e homologação de procedimentos GNSS para voos por instrumentos (IFR) a serem viabilizados gratuitamente via SAC (Secretaria de Aviação Civil) / DEPV (Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo);
- Manter a regularidade do aeroporto perante ANAC, Bombeiros, de acordo com a legislação em vigor;
- Revisar a lei municipal de utilização do aeroporto;
- Fomentar a criação e atração de empresas relacionadas a atividade aérea (escolas de aviação, paraquedismo, e afins, exploração de hangares, manutenção de aeronaves etc),
- Fomentar instalação de empresas de serviços na Estação de Passageiros e Cargas (infraestrutura para lanchonetes, banca de revistas, aluguel de carros, espaço para taxis demarcado, pontos de energia para recarga de celular e utilização de notebooks, quiosques etc), pontos de transporte público;
- Definir um escopo para a contratação e atuação da empresa responsável pela gestão aeroportuária;
- Definir critérios para uso do aeroporto e horários disponíveis dos serviços etc;
- Definir mecanismos para exploração estacionamento pago de veículos com segurança para pernoite de veículos;
- Garantir nas leis locais que não haja construções no entorno do aeroporto que prejudiquem operações futuras com aeronaves de grande porte;
- Ampliar, no médio prazo a Estação de Embarques de Passageiros;
- Reformar a pista para suportar pouso de aeronaves de maior porte, a longo prazo;
- Criar um Comitê de Gestão Aeroportuária envolvendo os principais agentes do aeroporto (prefeitura, pilotos, empresas com sede no aeroporto, operadores de aeronaves, exploradores dos hangares, aeroclube, representantes das linhas aéreas regulares, administrador aeroportuário e Corpo de Bombeiros).

6.8) Ciências da Vida – A saúde como geradora de emprego e renda

A área da Saúde, sem embargo dos seus propósitos específicos constitui uma das nossas principais potencialidades econômicas. É fundamental na geração de emprego e renda para o que consideramos necessários:

- superação da crise financeira, gerencial e operacional do Hospital São João de Deus;
- conclusão e implantação do Hospital Regional (média complexidade);



- implantação de um Parque da Saúde – condomínio horizontal capaz de abrigar clínicas, centros médicos, consultórios, moradias assistidas para a terceira idade, fornecedores de medicamentos, equipamentos e serviços, unidade de estética e fisicultura, em área próxima à concentração de população e de fácil acesso, para o que sugere-se, por exemplo, a região dos bairros Liberdade ou bairro do Carmo.

- atração de investimentos nas áreas de biotecnologia, bioquímica e equipamentos médico hospitalares e veterinária, tendo como suporte as “expertises” desenvolvidas e a disponibilidade de alunos, professores e laboratórios da UFSJ. Com a consolidação dos cursos da UFSJ na área de saúde – medicina, bioquímica e biotecnologia – aliada as facilidades na área de logística, Divinópolis oferece excelentes oportunidades para a indústria farmacêutica.

- implantação da coleta seletiva do lixo com atração de empresas que aproveitam os resíduos para gerar energia e/ou reaproveitamento; proporcionar à ASCAD nova dimensão, adequação física, capilaridade e estrutura de gestão.

6.9) Inovação Tecnológica – a Educação como geradora de emprego e renda

De imediato, para se agir, em curto prazo, em busca de progresso regional, é natural, incluírem-se, entre as iniciativas, ações no sentido de atrair negócios e investimentos industriais.

Mas, para o verdadeiro progresso regional, com garantias para o longo prazo, além da atração de negócios e investimentos industriais, deve-se conceber um plano visando captação e desenvolvimento próprio de competência tecnológica.

Neste sentido, com um abrangente plano de esclarecimentos/acordos, deve-se obter o máximo apoio das empresas da região, com o objetivo de viabilizar a participação das instituições universitárias para se concretizar o fundamental: Transferência e Inovação Tecnológica.

Tal plano pode ser concebido de forma que seja muito benéfico para as instituições universitárias, que contarão com desafios/incentivos para suas pesquisas, para o ensino, então, considerando-se o cumprimento de seus compromissos. Por outro lado, possível apoio de empresas etc.

Assim, foram solidamente formados os denominados países desenvolvidos que lideram a economia mundial.

Dentro de tais perspectivas, deve-se elaborar um programa de apoio e suporte à criação de incubadoras de empresas e de “startups” através de parcerias com escolas e institutos especializados.

Este programa deve associar-se a ações necessárias junto ao governo por parte de nossas lideranças: Visando a implantação do curso de Engenharia Ferroviária, já criada em 2012 e a retomada do movimento liderado por Araxá e Belo Horizonte visando a transformação do CEFET em Universidade.

Naturalmente, deve-se contar com a participação das instituições da Região: CEFET, SENAC, CON, Escola de Fundação Marcelino Corradi (Itaúna).



Destas pode-se esperar apoio para as áreas de Eletromecânica, Mecatrônica, Tecnologia da Informação, Engenharia Ferroviária, Moda e Design, Logística de Transportes e Equipamentos para a produção de energia solar (painéis fotovoltaicos).

Desnecessário insistir que este plano não é concretizável sem a realização prática de um programa educacional garantindo formação integral de cidadãos conscientes de suas responsabilidades constitucionais, em especial, cooperando para o sucesso das providências visando sustentabilidade/qualidade de vida. Gerar e ampliar emprego e renda só são possíveis, hoje, com domínio tecnológico.

6.10) Esporte, Lazer e Cultura

Divinópolis dispõe de mercado para tratar estes segmentos, também numa perspectiva de geração de emprego e renda. Deve-se buscar alternativas e empreendimentos visando sua população local e regional de um milhão meio de pessoas, tirar proveito da proximidade com a Região Metropolitana de Belo Horizonte e criar ações específicas para um universo de vinte mil universitários entre professores e alunos.

Na BR-494, no bairro Marajó, existe uma área verde municipal com cerca de 25 mil m² de vegetação e lagoa, que poderia ser um complexo esportivo com pistas de corrida/Cooper, quadras poliesportivas e piscinas para atender as práticas esportivas dos alunos da UFSJ, UEMG e CEFET, que ficam no entorno, e também atender como recreação a toda a população da região. Uma iniciativa de PPP poderia ser feita para exploração do local.

Também é oportuno realizar um estudo de viabilidade para a criação de um Parque de Lazer abrangendo o espaço que começa na cachoeira do Bom Pastor, passando pela Ilha, Gravatá, Campo do Flamengo, pasto do Alonso até a Estação Ferroviária.

Será um projeto público-privado e existem investidores especializados neste segmento. Viabilizado, este pode vir a ser um dos maiores parques urbanos do País, ocupando a área Central da Cidade.

6.11) Indústria do Vestuário

Embora ainda não tenha uma participação expressiva na composição do nosso Produto Interno Bruto, o setor do Vestuário é de vital relevância para a economia de Divinópolis e seu entorno, pela sua função social, pela quantidade de micros e pequenas empresas, o que é fator de distribuição de renda e pela atuação das mulheres empresárias. Como a atividade econômica ainda vive seu período de atualização – são apenas trinta e cinco anos de existência – e, como tal é um setor que ainda requer apoio direto dos governos Municipal, Estadual e Federal. Neste sentido, a Agência propõe:

- Realizar um diagnóstico profundo e completo do setor, como foi feito em 2001;
- Qualificar e classificar as empresas por tamanho, características, tipos de produtos, nível tecnológico e potencial de crescimento para que seja possível diferenciar e especificar os mecanismos de apoio, de atendimento e tratamento tributário;
- Criar um centro de atendimento aos consumidores e ao turismo comercial com ênfase na segurança das empresas e das pessoas;



- Realizar estudo de visibilidade para aumento das exportações, especialmente nas áreas de camisaria e moda praia;
- Aumentar a produção de moda íntima, inclusive com estímulos a criação de novas empresas, e equacionamento dos problemas com o fornecimento de matérias primas;
- Organizar o calendário de lançamento das coleções das empresas;
- Conceber designs próprios;
- Promover a Feira Anual, com alcance no Brasil e no exterior;
- Formular e executar um programa especial de apoio e assistência aos facionistas, incluindo a Bolsa de Serviços;
- Realizar um projeto para reaproveitamento da sobra de retalhos da confecção para utilização em artesanatos e em outros produtos.

6.12) Agronegócios

Divinópolis possui uma taxa de urbanização de 97,4%, com 207.516 pessoas, vivendo na área urbana e 5.500 na área rural. Existem 44 comunidades rurais em Divinópolis subdivididas em duas regiões de planejamento: Noroeste Rural e Sudoeste Rural. As duas regiões compreendem uma área de 493,24 km². Os principais aglomerados da região Noroeste Rural do Município são: Amadeu Lacerda, Djalma Dutra, Branquinhos, Quilombo, Córrego Falso, Choro e Costas; na região Sudoeste Rural são: Buritis, Ferrador e Cacôco de Baixo; em todas as comunidades predominam o sistema alimentar de produção familiar.

A agricultura atual tem mostrado uma eficiência produtiva indiscutível. Entretanto, têm provocado diversos impactos sociais e ambientais, que se apresentam na forma de erosão dos solos, contaminação das águas superficiais e subterrâneas, redução da biodiversidade e perda de saberes tradicionais associados, dependência econômica, redução das oportunidades de trabalho e renda, êxodo rural e exclusão social. Para a superação destes problemas, emerge como preponderante, entre outros mecanismos, o papel estratégico do conhecimento.

O maior obstáculo do desenvolvimento sustentável está associado à cultura do consumismo, principalmente ao mercado alimentício. A produção de carne bovina gera um elevado percentual de áreas degradadas, onde as florestas se transformaram em pastagens, em consequência disso, alteramos o ciclo hidrológico do planeta, interferindo negativamente em vários fatores ambientais. A necessidade de quantidade de alimentos faz a agricultura convencional utilizar agrotóxico de maneira prejudicial à saúde da população, provocando inúmeros casos de doenças irreversíveis. Tanto as pastagens quanto a agricultura convencional são mecanismos que afetam a sustentabilidade social e ambiental no mundo.

Os sistemas agroecológicos, sobretudo os sistemas agroflorestais com base na agricultura sintrópica são possibilidades sustentáveis de uso da terra, adequando-se a estratégia de desenvolvimento sustentável para a sociedade. Pois as tecnologias agroflorestais são ferramentas potenciais de construção da segurança e soberania alimentar no Brasil, de melhoria do bem-estar da população e conservação dos recursos naturais, possibilitando a



ampliação das áreas com conservação ambiental, manutenção da biodiversidade, mantendo a integridade das bacias hidrográficas e a estabilidade do clima.

A proposta parte de uma planejada transição de um sistema convencional de produção de alimentos, a um sistema voltado para a sustentabilidade em todos os seus aspectos, assegurando a expectativa ambiental e social futura e, sobretudo a economia da produção alimentar.

Imediatamente, várias ações já planejadas e/ou propostas devem ser priorizadas:

- considerando que a microrregião de Divinópolis é uma das maiores produtoras de aves e de suínos de Minas Gerais, é necessária a modernização da logística de suprimentos e de distribuição; neste caso, gestões devem ser feitas – produtores, ferrovia, prefeitura e governo do Estado – para a construção de uma bateria de silos graneleiros, no Terminal da Ferradura, com capacidade para 100 mil toneladas mensais de grãos a serem transportados pela ferrovia e distribuídos por caminhões, com participação dos avicultores e suinocultores existentes em um raio de 150 km;

- considerando a importância de nossa bacia leiteira (200.000 litros/dia), não podemos nos acomodar com o fechamento da Cooperativa Agropecuária de Divinópolis (“Karinho”), buscando investidores para adquiri-la e para retomar a produção em novas bases, incluindo a produção de leite em pó, que é necessária para a sustentabilidade econômica de empreendimentos do ramo, o que exigirá a transferência da planta industrial para uma área de 100.000m²;

- considerando que é vital para o agronegócio a preservação e a recuperação de nascentes de água, a importância das bacias hidrográficas dos Rios Itapeçerica e Pará na unidade de vizinhança de Divinópolis e repercutindo na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, é possível a execução imediata, na microrregião de Divinópolis, do Programa Minas Plantando o Futuro, já negociado pelo GEEC/IAAC com a CODEMIG, o qual prevê o mapeamentos de topos de morro, nascentes com georeferenciamento, o plantio de 300 mil árvores nativas, recuperando 300 de nascentes e 235,5 hectares de florestas;

- considerando a importância da distribuição de produtos agropecuários diretamente para os consumidores, fomentando também a agricultura familiar, propomos, além do incremento das feiras livres, analisar a possibilidade de utilização do Mercado Distrital localizado no bairro Padre Libério;

- considerando a meta de criação de novos cursos de graduação na UFSJ, fazer gestões no sentido de implantação dos cursos de Veterinária e de Zootecnia, utilizando a sede, os laboratórios e os currais da Fazenda Boa Esperança/Cidade Tecnológica, que já foram doados (área de 200.000 m²) pelo projeto à UFSJ.



Grupo Educação, Ética e Cidadania - GEEC

Agência de Desenvolvimento Sustentável

Av. Vinte de Um de Abril 1590 – Cep 35.500-070 – Divinópolis – MG Tel.(37)3222-7644

email: geec@geec.org.br site: www.geec.org.br

Colaboradores na elaboração deste documento

Ana Luisa Sousa

Antônio Maria Claret Ribeiro

Celson Diniz Pereira

Cleber Adriano de Carvalho

Elson Penha Silva

Flávio Vilhena Salles Dias

Hebert Gontijo

Hilton Lopes Ferreira

Jomar Teodoro Gontijo

José Elísio Batista Leite

Leandro Maia Fernandes

Lilian Notini de Almeida

Luiz Carlos Araújo Filho

Luiz Fernando Cardoso Neves

Luiz Fernando Guimarães Borges

Maria Aparecida Malta

Maria Inês Ribeiro Leão

Nelson de Andrade Horta

Wander Luiz Pio de Sena

Ouvidores

Carlos Eduardo Orsini Nunes

Ralfe Jaques Ferreira

Romeu Scarioli

William Nacked